

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

E CRISE DO PACTO POPULAR-NACIONAL

Se desejássemos compreender as linhas gerais do processo político brasileiro, poderíamos adotar vários tipos de abordagem do problema. Poderíamos tentar uma abordagem personalista, explicando os acontecimentos políticos através da análise da personalidade de seus principais líderes. Outra alternativa seria a de uma abordagem estrutural. Buscaríamos então essa explicação através da análise da atual estrutura econômica e social do país. Focalizaremos nossa atenção especialmente no exame dos interesses dos diversos grupos sócio-econômicos e na análise das ideologias que expressam, em termos de valor, esses interesses. A abordagem estrutural poderia ser completada se a transformássemos em uma abordagem histórico-estrutural. Iríamos então procurar as causas básicas do processo político brasileiro em uma estrutura social e econômica vista em termos dinâmicos, em que cada momento histórico poderia ser compreendido em termos do desenvolvimento histórico anterior.

Neste capítulo procuramos analisar o processo político brasileiro recente através de uma abordagem histórico-estrutural. No entanto, não deixaremos a abordagem personalista totalmente esquecida. Na análise política a curto prazo, especialmente, ela é essencial. Mesmo nas análises a longo prazo, quando surgem indivíduos excepcionais que conseguem deixar a marca de sua personalidade na história, a abordagem personalista é essencial para completar a abordagem de caráter histórico-estrutural.

Definiremos inicialmente, em breves termos, o quadro geral no qual o processo histórico brasileiro vem se desenvolvendo desde 1930. Trata-se da Revolução Nacional Brasileira. Examinaremos a seguir as principais lutas ideológicas que marcaram a primeira fase da revolução brasileira, os principais grupos sócio-econômicos que estavam por trás dessas ideologias e a natureza do Pacto Popular-Nacional, que tem origem na figura dominante do período, Getúlio Vargas. Examinaremos em seguida a série de fatos novos que, no fim dos anos 1950, causaram transformações estruturais na política brasileira, dando início ao que chamamos de a segunda fase da revolução brasileira. Veremos, então, a superação ou a transformação das ideologias em conflito, o processo de consolidação do poder da burguesia industrial

no seio das classes produtoras e a emergência das esquerdas como uma força política autônoma. Finalmente, analisaremos os resultados mais recentes dessas transformações estruturais na política brasileira. Estudaremos então o processo de crescente radicalização que ocorreu no país desde as eleições presidenciais de 1960 e o papel do alarmismo como instrumento a serviço do radicalismo da direita e da esquerda.

AS LUTAS IDEOLÓGICAS

O quadro geral que nos permitirá compreender o processo político e social brasileiro dos últimos anos é o da Revolução Industrial Brasileira, ou seja, esse processo radical, embora pacífico, de transformação econômica, social, política e cultural por que passou o Brasil entre 1930 e 1961.

Durante o período que vai de 1930 até o fim dos anos 1950, temos três lutas ideológicas fundamentais:

industrialismo x agriculturalismo

nacionalismo x cosmopolitismo

intervencionismo desenvolvimentista x liberalismo

A primeira coluna de ideologias caracterizou o Pacto Popular-Nacional de Vargas e a interpretação nacional-burguesa do Brasil, enquanto a segunda, a interpretação liberal ou da vocação agrária que havia sido dominante antes de 1930. A primeira luta ideológica, a do industrialismo contra o agriculturalismo, já era travada em meados do século XIX. Em torno da tarifa protecionista de Alves Branco, por exemplo, travou-se longo debate a respeito. Mas a luta não tinha maior expressão, dada a fraqueza dos defensores do industrialismo. A aristocracia rural dominava o país, e foi bem naquela época que a produção e a exportação de café se transformaram no fenômeno dominante da economia brasileira, fortalecendo a posição política dos grandes fazendeiros e a ideologia do agriculturalismo. É só a partir dos anos 1930, com a crise da exportação de café e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, quando já ocorrera um desenvolvimento industrial relativamente grande no país, que o industrialismo ganha força e a disputa torna-se realmente significativa dentro do quadro político brasileiro.

O agriculturalismo afirmava que o Brasil era e, se não indefinidamente, por muito tempo deveria continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não haveria condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre uma indústria artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o governo. E, além disso, não haveria nenhuma van-

tagem para o país em industrializar-se. Nada impedia que a produtividade da agricultura fosse tão grande ou maior do que a da indústria. Seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez. E, neste ponto do debate o agriculturalismo oferecia o argumento que pretendia ser definitivo, cientificamente provado: a lei das vantagens comparativas do comércio internacional.

Já o industrialismo afirmava exatamente o oposto. O Brasil não só poderia, mas deveria tornar-se um país industrial. Talvez em termos teóricos abstratos fosse possível imaginar o Brasil como um país altamente desenvolvido sem industrializar-se, mas, em termos práticos, isto seria impossível. A curto prazo, os custos de produção da indústria nacional poderiam ser altos, tornando necessária a proteção governamental, mas a longo prazo o problema se resolveria. E, em qualquer hipótese, mesmo que certos custos de produção industrial permanecessem permanentemente mais altos do que os verificados no exterior, ainda seria aconselhável proteger essas indústrias. Quando o Brasil estivesse em pé de igualdade com os países industrializados, desenvolvidos, então nos poderíamos guiar pela lei das vantagens comparativas. Nas relações de troca entre os países industrializados e os agrícolas, porém, a famosa lei de Ricardo não poderia ser aplicada. E a disputa entre o industrialismo e o agriculturalismo continuava nesses termos, constituindo-se num interminável debate, a expressar os interesses em jogo, debate esse que teria seu desfecho no fim dos anos 1950.

A segunda luta ideológica, a do nacionalismo contra o cosmopolitismo,¹ tem também origens no século passado. No entanto, confundia-se naquela época, o nacionalismo com o nativismo ou com o patriotismo. E só após o início da Revolução Industrial Brasileira e, particularmente, a partir dos anos 1950, quando o processo de industrialização brasileira já deixava de ser um projeto para transformar-se em uma realidade, quando os empresários industriais já constituíam um grupo suficientemente forte para sustentar uma ideologia que sensibilizaria todo o país, que a luta entre o nacionalismo e o cosmopolitismo eclodiu.

O nacionalismo pretende ser uma ideologia global, incluindo o industrialismo e o intervencionismo. Sua tese central é a de que o Brasil, que até 1930 fora um país semicolonial inteiramente dominado pela aristocracia lo-

¹ Preferimos essa expressão, em lugar de “entreguismo”, que possui uma conotação valorativa evidente. Hélio Jaguaribe já a usa em *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, Rio de Janeiro.

cal, aliada servilmente ao capitalismo internacional, encontrava agora condições para se tornar um país independente, uma verdadeira nação.

Quais eram essas condições? Fundamentalmente, a industrialização, que já vinha ocorrendo e que agora deveria ser acelerada. Através da industrialização, o país não só deixaria sua situação de país exportador de produtos primários, não só se desenvolveria economicamente, mas surgiria, entre os empresários industriais, a nova classe média e, eventualmente, entre os operários industriais, os quadros habilitados a dirigir o país de acordo com os interesses do povo brasileiro. Em outras palavras, a industrialização provocaria o que Celso Furtado chama de “a transferência dos centros de decisão”² de fora para dentro do país. Da mesma forma, a industrialização permitiria o desenvolvimento de uma cultura nacional autêntica, provocaria a diversificação da estrutura social do país, excluiria definitivamente a aristocracia rural do governo. O nacionalismo, portanto, englobava o industrialismo, mas colocava uma ressalva: a industrialização deve ser realizada através de uma burguesia nacional. O desenvolvimento industrial através do investimento estrangeiro é, de um modo geral, considerado impossível pelo nacionalismo. Mas, mesmo que fosse possível, ainda assim seria desinteressante, por razões de ordem política. Controlando a indústria nacional, o capitalismo internacional continuaria a dominar politicamente o país, que continuaria semicolonial. A diferença seria que esse domínio, ao invés de exercer-se através da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, seria exercido diretamente.

O projeto fundamental do nacionalismo era, portanto, o de transformar um país semicolonial em uma verdadeira nação independente (o neutralismo de muitos dos nacionalistas seria uma decorrência desse projeto). A industrialização seria o meio fundamental de se levar a cabo essa transformação. Restava saber como promover a industrialização. O industrialismo afirmava que o Brasil podia e devia industrializar-se. O intervencionismo desenvolvimentista diria-nos como proteger a indústria nacional promovendo seu desenvolvimento.

Contra o nacionalismo levanta-se o cosmopolitismo que, naturalmente, negava todas as teses da primeira ideologia a começar pela de que o Brasil era um país semicolonial. Negava-as formalmente, ou então simplesmente as ignorava. Ideologia tipicamente de defesa, que se completava com o agriculturalismo e o liberalismo, o cosmopolitismo não chegava a organizar perfeitamente suas idéias. Apenas em um ponto elas alcançavam um vigor e

² Furtado, 1961: 243.

uma concatenação maiores. Referimo-nos ao momento em que defendiam o capital estrangeiro, que o nacionalismo mais exaltado (é claro que em todas essas ideologias há diversos graus de radicalismo) condenava quase totalmente. Esse era provavelmente o ponto mais vulnerável do nacionalismo. Ora, o cosmopolitismo, ao contrário do nacionalismo, partia de uma atitude de descrença em relação às potencialidades do Brasil. Afirmava, direta ou indiretamente, que as condições de clima e de raça não permitiam o desenvolvimento de uma grande civilização, participando, portanto, do chamado “complexo de inferioridade colonial”.

Coerente com essa linha de idéias, o cosmopolitismo negava qualquer possibilidade de o Brasil desenvolver-se economicamente com rapidez sem a participação de investimentos diretos estrangeiros. E, neste ponto, da mesma forma que a lei das vantagens comparativas no comércio internacional, a teoria econômica ortodoxa dava-lhe maior cobertura do que ao nacionalismo em geral e particularmente aos nacionalistas mais extremados. Era natural, portanto, que o cosmopolitismo quisesse concentrar a discussão nesse ponto, deixando estrategicamente de lado a maioria das demais teses nacionalistas.

A terceira principal luta ideológica da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira foi a do intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo. O intervencionismo desenvolvimentista não deve ser confundido com o socialismo ou o comunismo. Trata-se de uma ideologia que, na forma em que foi apresentada e discutida no Brasil, não tem o caráter radical do comunismo. O intervencionismo desenvolvimentista é uma ideologia moderada, que funciona como um complemento do industrialismo e do nacionalismo. Tem como objeto a determinação dos meios através dos quais se deverá promover a industrialização brasileira. Sua tese fundamental é a de que a intervenção do Estado na economia é condição para um desenvolvimento econômico rápido. Sem essa intervenção, deixando-se a economia ao sabor das leis do mercado, como quer o liberalismo, ou a economia permaneceria estagnada ou se desenvolveria a uma taxa pequena. É certo que alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, haviam-se desenvolvido sem maior intervenção do Estado, mas esses países constituíam exceção, havendo-se beneficiado de uma conjugação extremamente feliz de recursos naturais e humanos, à qual se somava uma situação de mercado interno e internacional particularmente favorável. Outros países capitalistas, como a França, a Alemanha, o Japão, só haviam conseguido desenvolver-se graças a uma intervenção maior do Estado. No Brasil, em meados do século XX, não se verificava aquela conjugação de fatores favoráveis. Por outro lado, as técnicas de planejamento, de administração racional de uma economia, haviam se aper-

feição grandemente, graças ao desenvolvimento da teoria econômica e das técnicas de elaboração da contabilidade nacional. Deveria, portanto, caber ao Estado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do país, devendo seu esforço dirigir-se particularmente no sentido da proteção e do estímulo à indústria nacional.

A intervenção do Estado deveria ser exercida através de duas formas que se complementariam: o planejamento econômico e os investimentos diretos. O planejamento econômico, usando da política fiscal, monetária, creditícia e cambial (esta última seria a que mais polêmicas levantou), deveria racionalizar o processo de investimento público e privado, através de um bem equilibrado sistema de estímulos aos investimentos considerados mais ou menos interessantes para o desenvolvimento do país. Através de investimentos diretos, o Estado deveria controlar certos setores básicos da economia, como os serviços públicos, os transportes, a indústria do petróleo, do aço, a petroquímica, seja em caráter monopolístico, seja em concorrência com a iniciativa privada. Esses investimentos diretos seriam necessários, segundo o intervencionismo desenvolvimentista, não só devido à impossibilidade de a iniciativa particular realizar os investimentos necessários nesses setores, como também porque, sem o controle desses setores por parte do Estado, o planejamento econômico tornar-se-ia quase impraticável.

Contra o intervencionismo desenvolvimentista levantava-se o liberalismo. Não é preciso lembrar aqui as teses fundamentais dessa ideologia nascida na Europa para dar cobertura valorativa à emergência da burguesia como classe dominante e, em seguida, transplantada para o Brasil. O único aspecto curioso a observar é o seguinte: enquanto na Europa o liberalismo era uma ideologia essencialmente burguesa, um instrumento de luta dos comerciantes e industriais contra os privilégios concedidos à aristocracia de base rural, no Brasil ocorreu o oposto, transformando-se o liberalismo em uma arma ideológica da aristocracia rural brasileira. Tal fato pode parecer paradoxal, mas é perfeitamente compreensível. Embora tipicamente burguês, o liberalismo não era, necessariamente, uma ideologia a serviço apenas da burguesia. Em seu aspecto puramente econômico, o liberalismo afirmava a superioridade da economia de mercado, regulada pelo mecanismo de preços, sobre qualquer outro sistema que implicasse intervenção do Estado na economia. Não deveria haver qualquer tipo de proteção a quem quer que fosse. Era preciso deixar à concorrência a tarefa de controlar o sistema econômico, punindo os menos eficientes. Ora, colocado nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma daqueles grupos, daqueles setores da economia que a curto prazo fossem mais eficientes e tivessem condições para

concorrer tanto no mercado interno quanto no externo. Dessa forma, enquanto na Europa os mais capazes de competir, os mais eficientes, eram os industriais e comerciantes burgueses que então surgiam, no Brasil, a curto prazo, apenas as culturas agrícolas tropicais e semitropicais tinham condições de concorrer nos termos propostos pelo liberalismo. O liberalismo transformava-se, assim, em uma arma ideológica dos grandes fazendeiros e do alto comércio importador e exportador brasileiro, ideologia essa que vai opor-se, em termos práticos, à emergência de uma classe de empresários industriais no Brasil. E então, desde o começo do século XIX, quando d. João VI propõe-se a proteger e incentivar, ainda que timidamente, o desenvolvimento industrial do país, vemos surgirem críticas acerbas, que vão todas se inspirar no credo liberal.

OS GRUPOS SOCIOECONÔMICOS E A POLÍTICA

Feita esta análise sucinta das três principais lutas ideológicas que marcaram a Revolução Nacional Brasileira, não é difícil descobrir quais os grupos sócio-econômicos que estavam por trás das mesmas. O industrialismo, o nacionalismo e o intervencionismo desenvolvimentista eram claramente a expressão política dos novos grupos sociais que surgiam. Na medida, no entanto, em que a Revolução Nacional Brasileira tinha toda a sua ênfase colocada no processo de industrialização, as ideologias eram, antes de mais nada, representativas dos interesses da classe emergente dos empresários industriais. Isso é evidente em relação ao industrialismo. Essa ideologia vinha atender diretamente às necessidades dos empresários industriais brasileiros.

Da mesma forma, o nacionalismo, que alcançou sua maior repercussão nos anos 1950, caracterizou-se essencialmente como uma ideologia burguesa. É certo que o nacionalismo dos industriais era moderado. Mais do que isso, tinha objetivos mais restritos do que o nacionalismo mais exaltado de certos grupos de esquerda. Sob muitos aspectos, esse nacionalismo quase que se identifica com o industrialismo. O industrial era nacionalista na medida em que se tratasse de proteger sua empresa contra a concorrência seja de produtos importados, seja de produtos fabricados no Brasil por empresas estrangeiras. A tese central do nacionalismo era a de que o Brasil só superaria sua fase semicolonial através da criação de uma indústria nacional. Com isso, concordava a maioria dos empresários industriais brasileiros. Assim, quando se tratava de dar proteção cambial ou tarifária à indústria nacional, de conceder facilidades especiais na importação de equipamento, de transferir

a renda da agricultura de exportação para a indústria, de se impedir a entrada no país de certas empresas estrangeiras, nesses momentos os empresários industriais identificavam-se com as teses nacionalistas. O nacionalismo estava posto diretamente a seu serviço. Interessavam-se menos, porém, quando se falava em controle das remessas de lucros, *royalties* ou, então, na nacionalização de empresas estrangeiras já aqui instaladas.

O apoio dos empresários industriais ao intervencionismo desenvolvimentista decorre naturalmente do que acabou de ser dito. Todas as medidas de proteção preconizadas pelo nacionalismo só poderiam ser efetivadas através da intervenção do Estado. Além disso, os industriais verificavam que para o desenvolvimento de suas próprias indústrias seria necessário que o Estado investisse diretamente em certos setores da economia, como o do aço, por exemplo.

A defesa das três ideologias contrárias, do agriculturalismo, do cosmopolitismo e do liberalismo, ficava, naturalmente, a cargo da classe média tradicional e, mais particularmente, da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, cujos interesses eram ameaçados pelo desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento industrial vinha pôr em jogo o domínio tranquilo sobre o país, que a aristocracia rural e o alto comércio vinham exercendo desde a Independência, em perfeita consonância com os interesses dos países industrializados e sob a égide do liberalismo econômico. A esses países interessava manter o Brasil como uma economia complementar, de base agrícola. Esse mesmo objetivo era compartilhado pela velha classe dominante brasileira, que via na industrialização uma ameaça a suas posições. É certo que a industrialização beneficiaria a agricultura, mas o setor que teria privilégios seria o da produção de bens agrícolas de consumo interno, enquanto a velha classe dominante brasileira estava, toda ela, ligada à produção e à comercialização de produtos de exportação. O mercado exterior não seria aumentado de forma significativa com a industrialização, já que o objetivo principal do desenvolvimento industrial brasileiro era substituir importações. Por outro lado, a velha aristocracia brasileira, que sofrera um rude golpe político com a Revolução de 1930, percebera claramente que o desenvolvimento industrial só ocorreria no país com a proteção do governo. Ora, qualquer tipo de proteção implicaria, imediatamente, um processo de transferência de renda em benefício da indústria e, provavelmente, em prejuízo da agricultura de exportação. Esse foi o caso, por exemplo, do “confisco cambial”.³

³ “Confisco cambial” era o sistema através do qual, no quadro de um sistema de taxas múltiplas de câmbio, o governo dava para exportadores de bens primários uma taxa de câmbio artificialmente baixa.

Vemos, portanto, que a aristocracia rural e o alto comércio exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados tinham uma série de razões para defender o agriculturalismo, o cosmopolitismo e o liberalismo: sua posição política e social ficaria ameaçada com a emergência de um novo grupo sócio-econômico, o dos empresários industriais; a industrialização não aumentaria os mercados para os produtos de exportação; a importação de produtos manufaturados tradicionais seria suspensa ou reduzida grandemente; e a proteção que o governo daria à indústria implicaria uma transferência de renda com prejuízo da agricultura tradicional de exportação.

O PAPEL DAS ESQUERDAS

As lutas políticas que se travaram a partir de 1930 até o governo Juscelino Kubitschek, ou seja, durante a Revolução Nacional Brasileira, têm, portanto, como principais interessados: de um lado, a classe de empresários industriais; de outro, a velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes ligados ao comércio externo. Tínhamos, pois, uma luta entre dois grupos pertencentes à classe alta. De um lado, a nova burguesia, a nova classe capitalista de empresários industriais, cujas origens poderiam ser encontradas nos diversos escalões da classe média; de outro, a velha oligarquia agrário-comercial, os “paulistas de 400 anos” ligados ao café, em São Paulo, e os senhores de engenho, no Nordeste, enfim, todos aqueles elementos incluídos na chamada aristocracia rural brasileira.

Pergunta-se, então: qual o papel dos demais grupos sócio-econômicos no debate político? Mais particularmente, qual o papel dos grupos de esquerda? A luta travava-se entre dois grupos sócio-econômicos que geralmente pertencem às forças de centro ou de direita dentro do processo político. Estaria, então, a esquerda, estariam os operários mais politizados, os estudantes, os militares e os intelectuais de esquerda alienados da grande batalha política da Revolução Nacional Brasileira?

Antes de responder a essa pergunta é preciso saber, em primeiro lugar, o que entendemos por esquerda. Neste livro, incluiremos na esquerda aqueles grupos políticos que visam, através de reformas ou da revolução, paulatinamente ou radicalmente, instaurar no país um sistema socialista qualquer, em que, pelo menos nos setores básicos da economia, a propriedade privada seja substituída por um sistema de propriedade coletiva ou estatal. Esta é uma definição bastante flexível, de forma a incluir na esquerda e, por oposição, na direita, toda uma gama de idéias e objetivos políticos.

Em segundo lugar, é preciso saber desde quando a esquerda, entendida nesses termos, pode ser considerada uma realidade política significativa dentro do Brasil.

Acreditamos que as esquerdas só começam a surgir no Brasil como uma realidade política significativa a partir do início da revolução nacionalista brasileira e, particularmente, após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, certamente, já havia esquerda no Brasil, já existiam organizações socialistas, comunistas, trabalhistas. Em outras palavras, tínhamos desde grupos de esquerda mais moderados até os mais radicais. Mas não eram grupos políticos significativos. Restringiam-se, geralmente, a um grupo pequeno de intelectuais e, eventualmente, de alguns líderes sem maior expressão. Não tinham quaisquer condições de sensibilizar uma fração ponderável da população brasileira. Em 1935, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro tentou atingir o poder através de um golpe, não através de uma revolução em que o povo estivesse envolvido. Previsivelmente, a tentativa falhou, demonstrando a falta de representatividade política dessa corrente radical da esquerda.

Após a Segunda Guerra, porém, uma esquerda mais autêntica, mais representativa das aspirações de certos setores da população começa a surgir. O comunismo continua a ser uma ideologia completamente estranha dentro do país. Contraditório, orientado de fora do país, jamais consegue transformar-se em uma força política ponderável dentro do Brasil. Grupos de esquerda mais moderados, porém, começam a constituir força política dentro do país. Em todos os partidos, e particularmente no Partido Trabalhista Brasileiro, surgem grupos de esquerda. No Congresso, forma-se a Frente Parlamentar Nacionalista. O controle de grande número de organizações estudantis e sindicais passa para a esquerda. Enfim, nos anos 1950 já se podia afirmar a existência no Brasil de uma esquerda com significativa expressão política.

Mas quais eram os objetivos políticos, quais eram as ideologias das esquerdas nessa época?

Pretendiam as esquerdas transformar o Brasil, a curto prazo, em um país socialista? Não. Esse objetivo era afastado pela grande maioria, por ser considerado impraticável. O socialismo ou mesmo o reformismo social não eram, portanto, as ideologias típicas, principais, dos grupos de esquerda no Brasil. Existiam, mas em estado latente. Quais eram, então, as ideologias da esquerda no Brasil? Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista. Em suma, as ideologias da esquerda eram as mesmas defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais.

É certo que o nacionalismo da esquerda era mais radical do que o dos

empresários industriais. Alguns grupos de esquerda chegavam, por exemplo, a negar a utilidade de todo e qualquer investimento estrangeiro no país, e a recomendar a nacionalização de quase todas as empresas estrangeiras aqui instaladas. Tais idéias não foram partilhadas pelos industriais nem por grupos nacionalistas menos exaltados. O intervencionismo desenvolvimentista, que era moderado entre os industriais, era bem mais radical entre certos setores esquerdistas. Apenas em relação ao industrialismo havia plena identidade entre os objetivos da esquerda e da burguesia industrial.

Mas, se havia divergências, pelo menos entre os empresários industriais e os elementos de esquerda mais representativos, eram divergências menores. Mais importante do que as possíveis divergências era a identidade de pontos de vista na luta comum contra o cosmopolitismo, o agriculturalismo e o liberalismo. E assim não é de causar surpresa que um grupo de intelectuais de esquerda como o chamado “grupo de Itatiaia”, que publicaria de 1953 a 1956 os “Cadernos de Nosso Tempo”, e depois se reuniria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), viesse a se transformar, em grande parte, nos ideólogos da burguesia industrial brasileira na primeira fase da história desse Instituto.⁴ Não é de espantar também que o PTB, que, mal ou bem, era a manifestação política das esquerdas, aliasse-se ao Partido Social Democrático, no qual, entre muitos outros, estavam representados os interesses de boa parte da burguesia industrial brasileira.

Ora, que conclusão tirar dessa identidade de ideologias entre as esquerdas e a classe de empresários industriais? Em seu cerne, o nacionalismo brasileiro dos anos 1950 era uma ideologia essencialmente burguesa. O nacionalismo, que era a ideologia básica, e o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista, que funcionavam como meios de realização dos objetivos do nacionalismo, eram, antes de mais nada, ideologias a serviço da burguesia industrial emergente. O objetivo geral a que se propunha o processo geral de transformação que chamamos de Revolução Nacional Brasileira era, naquela época, o de fazer do Brasil uma verdadeira nação independente. A industrialização, a ser realizada pelos empresários industriais, com o auxílio do governo, seria o meio por excelência de se atingir aquele objetivo. O gru-

⁴ Este fato ficou particularmente patente em relação a um dos mais brilhantes representantes do grupo, Hélio Jaguaribe. A respeito ver Simon Schwartzman, 1963. Em fins dos anos 1950, esse grupo entraria em desagregação, talvez como um reflexo das transformações estruturais a que nos vamos referir logo adiante, e o ISEB passaria para o controle de grupos mais radicais, resultando daí seu fechamento pela Revolução de 1964.

po sócio-econômico mais beneficiado pela Revolução Nacional Brasileira era, portanto, o dos empresários industriais.

A conclusão importante a ser tirada deste fato é que o papel da esquerda, na primeira fase da Revolução Nacional Brasileira, era o de força política auxiliar da burguesia industrial. Em outras palavras, a esquerda, que estava naquela época ganhando expressão política, não alcançara ainda autonomia nessa área. Adotando as mesmas ideologias que os empresários industriais, transforma-se em força política auxiliar dos mesmos.

FATOS NOVOS PROVOCAM MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS

Era este, portanto, o esquema político que caracterizava a Revolução Nacional Brasileira: de um lado, as velhas forças que dominavam o Brasil desde sua Independência; de outro lado, a burguesia industrial, à qual se aliam, às vezes explícita, às vezes tacitamente, os grupos de esquerda que surgiam à medida que a industrialização ganhava ímpeto. É claro que este é um esquema simplificado, um modelo simples para a compreensão de uma realidade mais complexa. Certamente, havia muitos empresários industriais que não tomavam consciência da luta que travavam com a velha aristocracia rural. Da mesma forma, havia elementos da esquerda que não percebiam ou não queriam admitir o papel de força auxiliar da burguesia industrial que lhes fora atribuído. Mas essa aliança, cujas bases Getúlio Vargas estabeleceu ainda em seu primeiro período de governo, e que teve confirmação plena nas eleições presidenciais de 1955, quando as esquerdas apoiaram um representante típico da burguesia industrial como Juscelino Kubitschek, essa aliança — a tentativa de uma Frente Única — foi sem dúvida a característica política mais significativa da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira.

A partir das eleições presidenciais de 1955, porém, uma série de fatos novos iria provocar modificações estruturais na política brasileira. Vejamos quais foram esses fatos e suas conseqüências mais diretas.

O primeiro e mais importante fato novo foi o da consolidação da industrialização brasileira. Durante o governo Juscelino Kubitschek ocorreu um extraordinário desenvolvimento industrial no país. Hélio Jaguaribe, usando o modelo de Rostow, afirma que nesse período ocorreu a decolagem do desenvolvimento brasileiro.⁵ Não concordamos. Essa decolagem, ou, se prefe-

⁵ Jaguaribe, 1962: 184.

firmos uma terminologia mais tradicional, o início da Revolução Industrial Brasileira, da transformação acelerada do país em economia industrial, ocorreria nos anos 1930 e particularmente nos anos 1940. Nesses anos desenvolvemos nossa indústria de bens de consumo e estabelecemos os fundamentos de nossa indústria de base, com a usina siderúrgica de Volta Redonda, por exemplo. Como vimos no capítulo 2, porém, foi no governo Kubitschek que se instalou definitivamente no Brasil a indústria pesada, com a indústria automobilística, a de equipamentos industriais, a naval, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhava novo impulso, com a instalação de petroquímicas, a construção de novas usinas siderúrgicas etc. Em outras palavras, nesse período não ocorreu a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

A conseqüência mais direta deste fato novo é a vitória e a subsequente perda de importância, como ideologia, do industrialismo. Depois de todos os grandes investimentos industriais realizados no transcorrer dos anos 1950, especialmente em sua segunda metade, já não tinha mais sentido discutir se o Brasil poderia ou deveria tornar-se um país industrial ou não. São Paulo já era um estado industrial. A realidade havia negado as velhas teses de que o Brasil não poderia industrializar-se, que nossas condições naturais e étnicas não nos permitiriam criar uma indústria poderosa, semelhante à existente nos países desenvolvidos. Por outro lado, do ponto de vista teórico, cada vez ficava mais claro, mais indiscutível, que o desenvolvimento econômico não seria possível sem a industrialização, que a agricultura só atingiria altos níveis de produtividade se o país se industrializasse. Economistas, sociólogos, quase todos os cientistas sociais interessados no desenvolvimento econômico eram obrigados a chegar à mesma conclusão. Esses dois fatores e, principalmente, o primeiro, a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, tornaram o agriculturalismo anacrônico. Estava vencida a batalha para o industrialismo, que deixava de ser uma ideologia deste ou daquele grupo sócio-econômico, da esquerda ou da direita, para se transformar em uma idéia amplamente aceita no país.

Um segundo fato novo foi o da crise de superprodução de café. Este fato veio a provocar outro sério abalo no sistema de poder da velha aristocracia rural. Dizemos outro sério abalo porque, desde 1930, a agricultura de exportação e, particularmente, a agricultura do café vinha sofrendo uma série de reveses.

Com a crise do café, ao mesmo tempo em que se reduzia o poder dos grandes fazendeiros, crescia o dos empresários industriais. Por outro lado, o grande motivo de luta por parte dos grandes fazendeiros, o chamado “confisco cambial”, através do qual o governo transferia a renda da agricultura

de exportação para os demais setores da economia e, particularmente, para a indústria, perdia importância com a crise de superprodução de café. O confisco continuaria, mas seria em grande parte compensado pela compra dos excedentes, dentro da política de sustentação dos preços do produto. Os grupos ligados ao café continuariam a protestar contra o confisco, mas sem a mesma energia, sem a mesma violência.

Esses dois fatos novos, somados, têm uma consequência de importância capital. Com o empresariado industrial fortalecido com sua posição consolidada, e a aristocracia rural e o alto comércio importador e exportador enfraquecidos, não havia mais razão para luta. O empresário industrial é finalmente aceito como membro da classe capitalista e assume imediatamente uma posição de liderança, particularmente nas regiões mais industrializadas como São Paulo. A burguesia industrial, uma classe em ascensão que se utilizava de ideologias progressistas para facilitar sua subida ao poder, ao chegar ao topo, começa a abandonar as ideologias que levavam o processo social a um estado de contínua transformação. Aliando-se aos demais setores da classe capitalista, preocupa-se agora em conservar as vantagens conseguidas. Em outras palavras, os empresários industriais, que já não tinham no industrialismo uma ideologia avançada, progressista, para defender, começam a caminhar para a direita, rompendo a aliança com a débil esquerda.

Outra consequência da consolidação do desenvolvimento industrial e da crise do café é o início da perda de importância do nacionalismo dentro do cenário político brasileiro. Com o nacionalismo acontece algo semelhante ao sucedido ao industrialismo: tornando-se ideologia vitoriosa, começa a perder sua força como instrumento político. A diferença é que, enquanto a vitória do industrialismo foi praticamente total, o mesmo não ocorreu com o nacionalismo, permitindo que ele sobrevivesse como ideologia de luta. Com a consolidação da industrialização brasileira, que era a principal tese do nacionalismo, este começa a esvaziar-se. Ainda havia muito por realizar em matéria de industrialização, mas o arranque inicial já fora dado, a indústria já era um fato definitivo no Brasil.

O esvaziamento do nacionalismo acentua-se com a aprovação da Lei de Tarifas pelo Congresso, em 1958. Este é o terceiro fato novo que vem provocar modificações estruturais na política brasileira. Antes da Lei de Tarifas, a proteção à indústria nacional era realizada através de instrumentos administrativos, como o sistema de licenças de importação, e de medidas cambiais, como os leilões de câmbios estabelecidos no Brasil com a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Essas medidas de proteção eram instáveis, estavam sob constante ameaça de revogação por um simples

ato administrativo do governo. Sofriam, pois, constante ataque dos adversários de um sistema de proteção à indústria nacional; com a aprovação da Lei de Tarifas, porém, o nacionalismo alcançava uma grande vitória. A proteção à indústria nacional deixava de ser algo eventual, provisório, instável. Agora uma lei, não um simples ato administrativo, assegurava o desenvolvimento industrial brasileiro. À medida, porém, que esta vitória era alcançada, à medida que os empresários industriais tornavam-se seguros de suas posições adquiridas, perdia também maior razão de ser seu nacionalismo, pelo menos o nacionalismo como eles entendiam.

À aprovação da Lei de Tarifas adiciona-se um quarto fato novo, que afasta ainda mais os industriais do nacionalismo. Ao contrário dos anteriores, porém, este não tem o efeito de também esvaziar o nacionalismo defendido pelos diversos grupos de esquerda. Pelo contrário, fortalece-o. Trata-se da Instrução nº 113 da SUMOC, que dá às empresas nacionais condições desvantajosas em relação às empresas estrangeiras no que diz respeito à entrada de equipamentos industriais no país. Este fato provoca, inicialmente, reação de diversos empresários nacionais. Mas, face ao não atendimento de suas reivindicações, muitos deles decidem pela solução mais fácil, que melhor atende a seus interesses econômicos: aliam-se às empresas estrangeiras que podem fazer entrar no país equipamentos sem cobertura cambial. Por outro lado, devido ao sistema de proteção à indústria brasileira que fora organizado, as empresas estrangeiras não tinham condições mais de exportar para o Brasil. A única forma de não perder o mercado era investindo diretamente no país. Ao interesse dos empresários nacionais em associar-se com empresas estrangeiras somava-se, portanto, o interesse dessas empresas em entrar no país. Vemos, então, uma grande quantidade de investimentos conjuntos, em que empresas nacionais e estrangeiras se associavam. E claro que, à medida que isto ocorria, os interesses de ambos os lados tendiam a identificar-se. O nacionalismo dos empresários industriais perdia vigor. Um novo nacionalismo, com características diferentes, começava a surgir, não mais para atender diretamente aos interesses da burguesia empresarial, mas como instrumento das esquerdas. Esse novo nacionalismo não teria o mesmo impacto que o primeiro. Sua ênfase principal passaria da proteção à indústria nacional ao combate às empresas estrangeiras instaladas ou por se instalar no país, do apoio à industrialização realizada por empresários nacionais à tese da nacionalização das empresas estrangeiras e ao controle das remessas de lucros, chegando os mais radicais a propor o total congelamento das remessas. Mas estamos adiantando-nos. Examinemos os outros fatos novos que vêm provocar profundas modificações na política brasileira.

Em quinto lugar, temos o aumento de poder do sindicalismo durante os anos 1950. É em 1953 que temos a primeira greve dos marítimos. É também nos anos 1950 que surge o primeiro acordo intersindical de importância no Brasil — o pacto da “Unidade Sindical”. Surgiram, depois, muitos outros. Durante esse período o sindicalismo se organizava, abandonava a tutela governamental que o criara nos anos 1930; o “peleguismo” perdia força, líderes mais autênticos, embora ainda representando uma pequena parcela dos operários da classe, assumiam o controle das organizações sindicais, tanto das regulamentadas quanto das não-regulamentadas por lei.

Esse aumento do poder das organizações sindicais, controladas em sua maioria por líderes com posições nitidamente de esquerda, havendo entre eles diversos líderes comunistas, tem duas conseqüências básicas. De um lado, aumentando o poder de reivindicação dos movimentos operários, leva os empresários industriais a caminhar mais em direção à direita, adotando uma atitude de resistência. De outro lado, tal fato aumenta a força das esquerdas, que passam a ter no movimento sindical um de seus pontos de apoio.

Em sexto lugar, verifica-se nos anos 1950 uma aceleração no processo de participação política do povo brasileiro. Diz Guerreiro Ramos: “O cardinal fato político da vida brasileira nos dias de hoje é a existência de povo (...) como protagonista eminente do processo político”.⁶ Durante toda a história pregressa do Brasil não podíamos falar na existência de um “povo”, ou seja, de uma parcela ponderável da população brasileira que participasse em termos mínimos do processo político do país. Nos primeiros tempos, antes da Independência e muitos anos depois desta, o controle político ficara a cargo de uma pequena classe dominante de senhores de terra em aliança com a metrópole portuguesa e mais tarde inglesa. Nos fins do século XIX, com o desenvolvimento de um incipiente mercado interno e, depois da Guerra do Paraguai, com a crescente importância do Exército, começa a surgir a classe média como força política. Toma o poder com a Proclamação da República, perde-o logo em seguida, com a eleição de Prudente de Moraes, recupera-o mais tarde com a Revolução de 1930. Depois disso, a velha classe dominante volta a partilhar do poder, mas da classe média emerge um novo setor da classe alta — o setor dos empresários industriais — e, de qualquer forma, a partir de 1930, a participação da classe média no processo político brasileiro e em seus postos de comando estava assegurada. O resto da população, os trabalhadores rurais, os operários e mesmo grandes parcelas da classe média

⁶ Ramos, 1961: 42.

inferior permaneciam ainda, como no Império e na Primeira República, completamente alheios ao processo político. Com a Revolução Industrial Brasileira, porém, esta situação começa a mudar. A crescente importância dos operários industriais como grupo sócio-econômico, a difusão dos meios de comunicação em massa, particularmente do rádio, entre outros fatores, provocam um crescente interesse da população pelos destinos políticos do país. Os líderes populares, que surgem especialmente no pós-guerra, aproveitam-se desse clima de interesse para elegerem-se. Observe-se, porém, que seu populismo, apesar de seu caráter demagógico, já representava um progresso em relação à política de clientela, em que os “coronéis” manipulavam as eleições. Agora já era preciso convencer o eleitorado. E nas eleições de 1960, como em menor grau já havia acontecido com as duas eleições presidenciais anteriores, pôde-se observar uma manifestação clara da vontade popular. Depois dessas eleições, já era possível falar-se na existência de povo no Brasil. Pelo menos em relação às eleições para os cargos executivos e, particularmente, para a Presidência da República verificava-se uma dedicada participação da população no processo político.

ROMPIMENTO DA ALIANÇA ENTRE A ESQUERDA E OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS

Em resumo, tivemos seis fatos novos da maior importância no cenário político brasileiro: a consolidação do desenvolvimento industrial; a crise de superprodução do café com a subsequente perda de importância da questão cambial, que servia de divisor de águas entre os interesses da indústria, de um lado, e da agricultura e do alto comércio, do outro; a aprovação da Lei de Tarifas, que viria proteger em termos estáveis a indústria nacional contra a importação de artigos estrangeiros; a Instrução nº 113 da SUMOC e o sistema de proteção tarifária, que levariam a um grande número de associações entre empresas nacionais e estrangeiras; o aumento do poder do sindicalismo através, principalmente, dos acordos intersindicais; e, por fim, a crescente participação do povo no processo político, particularmente nas eleições presidenciais e nas demais eleições majoritárias.

Já examinei as profundas modificações por que passou a política brasileira devido a esses fatos novos. O industrialismo tornou-se uma ideologia vitoriosa, deixando, assim, de ser um instrumento de luta; o nacionalismo perdeu parte de sua substância e sofreu modificações à medida que deixava de ser uma ideologia da burguesia industrial para tornar-se uma ideologia das esquerdas. À medida que esses fatos novos ocorriam, a burguesia indus-

trial cada vez mais se unia a seus antigos opositores — à aristocracia rural, ao alto comércio, às empresas estrangeiras — e com eles se confundia. Finalmente, devido ao aumento do poder do sindicalismo e, até certo ponto, devido à crescente participação do povo no processo político, as esquerdas se fortaleciam (digo “até certo ponto” porque esse fenômeno beneficiou também correntes políticas não-esquerdistas).

Estas duas últimas conseqüências, a união da burguesia industrial aos demais setores capitalistas e o fortalecimento relativo das esquerdas, são de importância capital para a compreensão da evolução política do Brasil depois de 1960. De um lado víamos os empresários industriais, à medida que a industrialização brasileira tornava-se um fato consumado, abandonarem paulatinamente as ideologias progressistas, próprias de um grupo sócio-econômico em ascensão que necessita de novas ideologias, de novos sistemas de valores para apoiar sua subida ao poder. De outro lado, as esquerdas fortaleciam-se, à medida que passávamos de uma política de clientela para uma política populista ou popular e nacional, e desta para uma política ideológica. Não é preciso maior tirocínio para concluir qual seria o principal resultado desses dois acontecimentos. A antiga aliança política entre os empresários industriais e as esquerdas rompia-se. As esquerdas deixavam de ser uma força política auxiliar da burguesia industrial e ganhavam autonomia. Pela primeira vez na história do Brasil podia-se falar na existência de uma esquerda autônoma e com razoável significado político.

É claro que nem todos desejavam esse rompimento. A esquerda mais moderada e os empresários industriais, e em particular os mais progressistas, que viam que a Revolução Nacional Brasileira, esse processo de transformação econômica, social, política e cultural, não estava, de fato, terminada, esses dois grupos sentiam prematuro e desnecessário esse rompimento. Mas o processo de radicalização política pelo qual passaria o Brasil, especialmente após a renúncia de Jânio Quadros, enfraqueceria a posição desses elementos. Veremos esse problema da radicalização um pouco mais adiante.

REFORMISMO *VERSUS* CONSERVADORISMO

Com a consolidação do desenvolvimento industrial, a vitória do industrialismo, o esvaziamento e as transformações do nacionalismo, o rompimento da aliança entre os empresários industriais e a esquerda com concomitante autonomização desta última, terminava também a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, aquela em que toda a ênfase da luta política dos novos

grupos que surgiam fora colocada a serviço da industrialização. Agora começaria uma nova fase, em que, ao lado do desenvolvimento econômico através da industrialização, ganharia importância a exigência de reformas das estruturas econômicas e sociais, com o objetivo de não só facilitar o desenvolvimento econômico, mas também melhor distribuir a renda. O termo “reformas de base” entra em voga. Começam a ser discutidas em todo o país as principais reformas preconizadas: a reforma agrária, a reforma fiscal, a reforma bancária etc. Tinha início no Brasil uma nova luta ideológica, que deveria caracterizar esse período, a luta entre o reformismo e o conservadorismo.

O reformismo surge com todo o vigor após as eleições presidenciais de 1960. Era a ideologia das esquerdas, dos seus setores moderados e de boa parte de seus setores considerados extremados. A tese fundamental do reformismo era que as estruturas jurídicas brasileiras, que regulavam as relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, eram arcaicas; correspondiam, em grande parte, à fase semicolonial e semifeudal do Brasil. Segundo o reformismo, essas estruturas, entre as quais era dada especial ênfase à estrutura da propriedade agrária (observe-se que a velha aristocracia rural continuava a ser o principal alvo das esquerdas), representariam a institucionalização do privilégio, dificultando o progresso econômico e social do país. Era preciso, portanto, reformar essas estruturas, eliminar os privilégios, melhorar a curto prazo o baixíssimo padrão de vida da população brasileira, não só através do desenvolvimento econômico e o decorrente aumento geral da renda, mas também através de melhor distribuição da renda presentemente auferida. E para reformar as estruturas não seria preciso uma revolução. As reformas seriam feitas pacificamente.

Observe-se, ainda, em relação ao reformismo, que essa ideologia englobava o nacionalismo. Mas agora o nacionalismo entrava como componente subsidiário. O capitalismo internacional continuava ainda a ser considerado pelas esquerdas um inimigo, um explorador em busca de lucros fáceis, mas não era mais o principal inimigo. Este estaria dentro do próprio Brasil, seria constituído pelos grupos capitalistas e semifeudais mais retrógrados, que agora se haviam fortalecido com a adesão de grande parte dos industriais.

Já o conservadorismo negava a necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas com a profundidade demandada pelos reformistas. A maioria das reformas exigida pelos reformistas não chegava a ser radical, não pretendia transformar a estrutura social do Brasil do dia para a noite, não pretendia, por exemplo, abolir a propriedade privada dos bens de produção e instaurar um regime socialista. Representavam, no entanto, uma tendência a longo prazo nesse sentido. Os conservadores não aceitavam a necessidade

dessas reformas. Segundo eles, o que o Brasil necessitava, realmente, era mais educação, mais moralidade administrativa, maior desenvolvimento econômico. A justiça social se faria naturalmente, através do simples processo de desenvolvimento e de algumas medidas legislativas oportunas.

Este era o quadro político que, a partir das eleições presidenciais de 1960, começa a se definir no Brasil. As duas novas ideologias em choque traduziam o rompimento da aliança da esquerda com a burguesia industrial e o realinhamento que vinha ocorrendo no Brasil desde meados dos anos 1950. É curioso, porém, observar como as forças políticas perceberam com atraso essas transformações. As próprias eleições presidenciais de 1960 são um exemplo disso. O *New York Times*, em notícia publicada algumas semanas antes das eleições, afirmava que no Brasil o candidato pessoalmente de direita era apoiado pelas forças de esquerda, enquanto o candidato com tendências de esquerda era apoiado pela direita... A afirmação era paradoxal, mas não deixava de ter grande fundo de verdade. Esse fato era uma decorrência da grande confusão política que aquela série de fatos novos trouxera. As esquerdas, principalmente, continuavam a pensar nos termos ideológicos dos anos 1950. Para elas um candidato adequado deveria ser nacionalista e industrialista. Ora, o general Henrique Teixeira Lott era ambas as coisas, embora fosse pessoalmente um homem de direita, um conservador. Enquanto isso, Jânio Quadros, apesar de todas as suas contradições pessoais, era um reformista. Mas, na medida em que nunca se definira em termos nacionalistas e jamais se aliara aos grupos políticos que haviam tradicionalmente permanecido no poder durante a primeira fase da revolução brasileira, estava em condições de obter o apoio das forças de direita.

RADICALISMO DE ESQUERDA, ALARMISMO DE DIREITA

A razão pela qual a luta ideológica por excelência desta fase seria o reformismo contra o conservadorismo, e não, em lugar do reformismo, uma ideologia mais radical, como o comunismo ou o socialismo, é simples. Muitos dos grupos de esquerda no Brasil não chegavam a ter como objetivo a curto prazo socializar o país. Por outro lado, aqueles que tinham esse objetivo viam claramente que no Brasil, dado o relativo êxito do capitalismo, que, através da industrialização, elevava o padrão de vida de amplos setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que permitira o desenvolvimento de um grupo empresarial e de uma classe média poderosos, não havia condições para uma revolução socialista.

Dessa forma, era de se prever que a luta ideológica que deveria dominar todas as demais, pelo menos durante vários anos, seria a do reformismo contra o conservadorismo. A partir da renúncia do presidente Jânio Quadros, no entanto, e mais ainda a partir do começo de 1963, quando João Goulart propôs algumas “reformas de base”, começa a verificar-se no Brasil um processo de radicalização política. Com o reformismo e o conservadorismo era possível ainda o diálogo, o compromisso, o processo de barganha, através do qual os grupos sócio-econômicos resolveriam os conflitos por meio de concessões mútuas. Com a radicalização das posições, porém, esse diálogo foi tornando-se cada vez mais difícil. Muitos dos reformistas se transformam em revolucionários, desanimados de transformar a sociedade por meios pacíficos; muitos dos conservadores transformam-se em imobilistas, decididos a nada ceder, dentro da lógica de que qualquer concessão que fizessem seria uma derrota e um degrau para as esquerdas se apoiarem e pedirem mais. Conservadores que, antes da Convenção da União Democrática Nacional em Curitiba, no início de 1963, aceitavam uma reforma agrária com emenda constitucional, deixam de aceitá-la. Por outro lado, reformistas que concordavam em obter uma reforma agrária moderada só se contentam com uma reforma mais radical.

Perguntava-se, então: por que essa radicalização? Creio que suas bases estão nas modificações estruturais a que me referi anteriormente. Essas modificações uniram as forças de direita e fortaleceram, tornando independentes as forças de esquerda. Era de se esperar, portanto, que os elementos extremados das duas forças políticas não se contentassem com ideologias moderadas, como o reformismo e o conservadorismo, e decidissem experimentar suas forças através da pregação da revolução e do imobilismo.

A causa básica da radicalização que, de meados para fins de 1963, chegava a grandes extremos, resultando afinal na Revolução de 1964, tem, portanto, raízes nas transformações estruturais pelas quais a política brasileira acabava de passar. Os grupos de esquerda, apesar de sua relativa fraqueza dentro do cenário político brasileiro (a política ideológica estava apenas começando), ganharam autonomia, fortaleceram-se em relação ao que eram antes, e os esquerdistas mais extremados, baseados nesse aumento relativo de poder, baseados nas vitórias dos grupos de esquerda, nos sindicatos, nos meios estudantis, entre os sargentos, entre os trabalhadores rurais das ligas camponesas, passaram a acreditar que possuíam uma grande força política no Brasil. O caminho para a radicalização das esquerdas estava evidentemente aberto.

Por outro lado, a direita começa a verificar que, pela primeira vez na história do Brasil, grupos de esquerda com certa expressão política estavam

tentando alcançar o poder. Antes a luta pelo poder travava-se entre subgrupos dentro da própria classe dominante. No máximo tivemos lutas entre a classe média ascendente e a velha aristocracia rural. Agora, porém, eram grupos de esquerda, cujo objetivo, pelo menos a longo prazo, era acabar com o sistema capitalista, eram grupos dessa natureza que surgiam na arena política para disputar o poder. Estava assim aberto o caminho para o alarmismo, e, através do mesmo, o radicalismo da direita tinha um meio favorável onde se desenvolver.

O alarmismo vai ser, pois, o grande instrumento da radicalização a serviço dos líderes mais extremados da direita. Servirá também aos radicais de esquerda, mas com menor eficiência. A forma como a direita usava o alarmismo para obter radicalização é simples. Espalhavam-se, inicialmente, afirmações de cunho aparentemente derrotista, como por exemplo: “A revolução comunista está às portas”; “não dou um ano para uma revolução comunista no Brasil”; “vamos aproveitar os últimos momentos do conforto burguês”... A última frase tinha um tom de brincadeira, mas seu efeito era o mesmo que o obtido com as outras frases: alarmavam, atemorizavam. Eram frases, evidentemente, sem fundamento real. O comunismo, no Brasil, jamais teve maior expressão política. E as próprias forças de esquerda não-comunista eram ainda demasiadamente fracas para realizar uma revolução armada no país. Mas eram frases que, por traduzirem aquela emergência das esquerdas como força política autônoma, encontravam ressonância. Começavam a ser repetidas. Ora, concluíam os alarmistas da direita, se a revolução comunista está às portas, é preciso que nos unamos para resistir, é preciso que não cedamos nada, é preciso voltar todas as nossas forças contra os comunistas. Em outras palavras, é preciso que nos radicalizemos. E, assim, um grande número de pessoas, que até então não eram radicais, que tinham tendências conservadoras mas não imobilistas, subitamente se radicalizaram em direção à direita, sem saberem que estavam sendo vítimas de um processo de manipulação política por parte dos líderes radicais, que se beneficiavam grandemente dessas circunstâncias.

A radicalização da direita foi aproveitada pelos grupos radicais da esquerda para também transformar esquerdistas moderados em esquerdistas radicais. “O reformismo não resolverá nossos problemas”, diziam eles. “O Brasil precisa das reformas, mas não será possível obtê-las em termos pacíficos. A direita domina a imprensa, domina o Congresso e não está disposta a ceder em nada. Só através da revolução poderemos transformar este país”. E à medida que estas afirmações se confirmavam com a radicalização da direita, as esquerdas radicais iam também ganhando um maior número de adeptos.

Sem dúvida, para completar esta análise seria necessário agora examinar os fatores de ordem personalista que vinham contribuindo para este processo de radicalização do Brasil, além de assinalar a importância da inflação, cuja aceleração, a partir de 1961, trouxe maior instabilidade econômica e política, favorecendo as posições políticas extremadas. Em relação aos fatores personalistas, porém, queremos fazer referência apenas ao processo de frustração da direita e da esquerda que a renúncia do presidente Jânio Quadros e a presença de João Goulart na Presidência da República provocaram.

A renúncia do presidente Jânio Quadros frustrou, principalmente, a direita que o elegeu em 1960. Durante seu curto governo, porém, Jânio Quadros já causara uma série de decepções para a direita, especialmente quando realizou sua política internacional independente. Se não bastasse isso, porém, Jânio Quadros renunciou, entregando o poder a um inimigo histórico das direitas, o presidente João Goulart. É claro que isto decepcionava a direita, levando para um tipo de agressão política que é a radicalização.

Já a presença de João Goulart na Presidência frustrava particularmente a esquerda. Com sua subida ao poder, acreditavam que afinal o Brasil tinha um presidente que realizaria uma política de esquerda. João Goulart, porém, devido às características de sua personalidade, e, principalmente, ao fato de que as esquerdas não eram, politicamente, suficientemente fortes para mantê-lo no poder, não realizou o governo desejado pela esquerda. O descontentamento deste grupo foi profundo. Por outro lado, a direita se frustrou também, porque o presidente João Goulart não podia realizar uma política de direita. Se o fizesse, estaria em condições políticas insustentáveis, já que perderia todo e qualquer apoio da esquerda, sem jamais conseguir a confiança da direita.

Esse processo de frustração tanto da esquerda quanto da direita, somado à inflação e, principalmente, às modificações estruturais que haviam realinhado as forças políticas e transformado as ideologias em luta no Brasil, levava o país a um radicalismo cada vez maior, à total supressão do diálogo político, à recusa dos radicais tanto da direita quanto da esquerda de participarem de um processo de barganha, em que concessões mútuas fossem realizadas. O país defrontava-se assim com um impasse, uns pregando a revolução, outros o imobilismo, quando nenhuma das duas soluções tinha condição de vitória. O resultado foi a Revolução de 1964, que marcaria a previsível vitória da direita ante uma esquerda imatura e representaria a consolidação do sistema capitalista no Brasil.

Em resumo, ocorreu no Brasil um processo de transformação econômica, social, política e cultural que chamamos de primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, ou Revolução Nacional Brasileira, e que teve ênfase na

industrialização. As principais ideologias em luta, o nacionalismo contra o cosmopolitismo, o industrialismo contra o agriculturalismo, o intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo, traduziam o conflito entre os novos grupos sociais, e particularmente dos empresários industriais contra a velha oligarquia agrário-comercial, que desejava manter o país em seu estágio agrícola. Nesse conflito, as esquerdas tinham o papel de força auxiliar dos empresários industriais. A partir de fins dos anos 1950, porém, ocorreram uma série de fatos novos, como a consolidação do desenvolvimento industrial, a crise de superprodução do café, a Lei de Tarifas, as associações entre capitais nacionais e estrangeiros, o aumento de poder do sindicalismo e a crescente participação do povo no processo político brasileiro, que causam modificações estruturais na política brasileira, dando início à segunda fase, fase essa que, além da industrialização, teria como ênfase uma melhor distribuição da renda. As conseqüências principais daqueles fatos novos são a vitória do industrialismo, a definitiva aceitação dos empresários industriais entre as classes produtoras, o desaparecimento do conflito entre a indústria e a agricultura de exportação, o rompimento da aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, o aumento relativo da força política da esquerda e sua autonomia em relação aos empresários industriais, o esvaziamento e transformação do nacionalismo, e, finalmente, o aparecimento de uma nova luta ideológica: o reformismo contra o conservadorismo.

Uma série de fatores, porém, entre os quais destacam-se essas transformações estruturais e, particularmente, a autonomização das esquerdas, de um lado, e a união das direitas, do outro, provocou um movimento de radicalização política. Esse movimento, que beneficiaria politicamente os líderes mais radicais, tanto da direita quanto da esquerda, encontrou um instrumento extremamente útil no alarmismo, desencadeando-se, assim, em forma de círculo vicioso, um processo de radicalização no qual, quanto mais um lado se radicalizava, tanto mais o outro lado encontrava razões para se radicalizar. Com a radicalização, suprimia-se o diálogo, aumentava-se a insegurança política, o desenvolvimento social tendia a estancar-se e o econômico a reduzir seu ritmo. O resultado final desse processo foi a tomada do poder pelos militares, com amplo apoio da direita, na Revolução de 1964.